

VITIMIZAÇÃO DAS MULHERES PRESAS EM PORTO ALEGRE

Dr. Marcos Rolim (Orientador)¹; Ana Luiza Teixeira²; Amanda Lopes³; Renata Lazuta⁴, Roberta Teixeira⁵, Sara Gall⁶, Stefany Batista⁷ e Laura Scherer⁸

RESUMO

Em novembro de 2022, realizamos pioneira Pesquisa de Vitimização Prisional com uma amostra aleatória representativa das mulheres presas no Presídio Estadual Madre Pelletier, em Porto Alegre/RS.⁹ Para a coleta dos dados, aplicamos um questionário com 100 perguntas a 41 presas e formamos dois grupos focais com seis presas cada para ouvi-las a respeito de sua experiência de privação de liberdade. Os resultados encontrados revelaram um processo sistemático e gravíssimo de violações relatadas pelas internas, expostas à hostilidade de outras presas e de servidores públicos e submetidas a um tipo de execução penal incapaz de assegurar a dignidade às pessoas sob sua responsabilidade.

Palavras-chave: Pesquisa de vitimização; mulheres presas; violência institucional; direitos humanos.

INTRODUÇÃO

As violações dos direitos das mulheres presas ocorrem em um contexto de desigualdade de gênero o que envolve fenômenos específicos de desrespeito. Conhecer a natureza e a incidência dessas violações é um pressuposto para o desenvolvimento de estratégias de prevenção à violência de modo a qualificar a execução penal. A vitimização das presas, fenômeno ainda

¹ Professor do mestrado em Direitos Humanos e do curso de Direito da UniRitter – marcos.rolim@animaeducacao.com.br

² Aluna do curso de Direito da UniRitter, bolsista iniciação científica - teixeiraanaluiza99@gmail.com

³ Aluna do curso de Direito da UniRitter, pesq. voluntária – amanda.lopes18003@gmail.com

⁴ Aluna do curso de Direito da UniRitter, pesq. voluntária – lazutarenata@gmail.com

⁵ Aluna do curso de Direito da UniRitter, pesq. voluntária - robertatferreira2016@gmail.com

⁶ Aluna do curso de Direito da UniRitter, pesq. voluntária - sarabezerragall@gmail.com

⁷ Aluna do curso de Direito da UniRitter, pesq. voluntária - : stefanycbatista@gmail.com

⁸ Aluna do curso de Direito da UniRitter, pesq. voluntária – lauraschererferreira1903@gmail.com

⁹ Projeto de pesquisa aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), via Plataforma Brasil, em 04 de outubro de 2022, com parecer final sob o nº 5.683.657, CAAE 60880022.3.0000.5308.

em grande parte invisível no Brasil, tem, segundo a literatura especializada, impactos devastadores na saúde física e mental dessas mulheres, dificultando sua recuperação e reintegração social. O tema da vitimização das pessoas encarceradas em instituições onde estão sob a tutela do Estado tem sido negligenciado historicamente pelas autoridades em todo o mundo e também, se levarmos em conta a reduzida tradição de pesquisas empíricas na área, pela academia (Teasdale *et al*, 2015). Nossa pesquisa é, muito possivelmente, o primeiro estudo quali-quantitativo de vitimização em um presídio brasileiro.

MÉTODO

Para realização deste trabalho, aplicamos um questionário com 100 perguntas sobre vitimização dentro do Presídio Feminino Madre Pelletier em Porto Alegre, RS a um grupo aleatório de 41 presas. Além desse instrumento, criamos dois grupos focais com seis presas cada, o que permitiu agregar uma abordagem qualitativa para auxílio à interpretação das respostas colhidas com o questionário. O critério utilizado foi a chamada individual de cada presa por ordem de antiguidade até completar o grupo. As presas foram reunidas na biblioteca do presídio, onde foram acolhidas para a explicação inicial a respeito da pesquisa e obtenção do consentimento informado. Cada pergunta passou a ser lida em voz alta, o que permitia que eventuais dúvidas fossem esclarecidas. Houve o caso de uma presa analfabeta que foi auxiliada pelas pesquisadoras de modo a poder assinalar a resposta que desejava. Os questionários preenchidos foram depositados pelas respondentes em uma urna de papelão de modo a assegurar seu absoluto anonimato. A formação dos dois grupos focais se deu com o mesmo critério de aleatoriedade. Em outra data, foi possível ocupar o mesmo espaço da biblioteca para realização das dinâmicas com os dois grupos focais.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Os resultados quantitativos da pesquisa podem ser resumidos a partir dos seguintes achados:

- a) 24,4% das presas da amostra foram vítimas de furto;

- b) 14,6% foram vítimas de roubo;
- c) 39% sofreram agressões físicas sendo que, desse total, 25% sofreu fraturas e/ou lesões internas por conta das agressões;
- d) 9,8% das presas tiveram bens seus destruídos propositalmente.
- e) 65% foram ofendidas verbalmente;
- f) 34,1% foram ameaçadas;
- g) 36,6% sentiram-se discriminadas por diferentes motivos (53,3% por sua religião; 33,3% por conta do tipo penal; 26,7% por sua orientação sexual; 20% por ser pobre; 20% por racismo; 13,3% por machismo e 13,3% por baixa escolaridade).
- h) 9,8% foram violadas sexualmente.
- i) 80,5% não recebem visitas regulares.

A amostra de 41 presas era amplamente representativa do universo de presas na Instituição, correspondendo a mais de 30% do total de reclusas. O “n” da amostra, entretanto, não permitiu encontrar diferenças estatísticas significativas entre as variáveis consignadas (idade, condição socioeconômica, escolaridade, maternidade, estado civil, raça, orientação sexual, etc). Ainda assim, pode-se destacar que as mulheres negras (pretas e pardas) foram 36,6 % da amostra, o que expressa sobrerrepresentação diante dos 21% de pessoas negras no RS no conjunto da população. De igual sorte, se observou na amostra uma sobrerrepresentação para orientação sexual homossexual e bissexual, com 19,5% de respostas para cada uma delas, o que perfaz 39% de orientação não-heterossexual, em contraste com os estimados 10% de não-héteros no conjunto da população. 70,7% das presas da amostra são mães. Quase todas muito pobres (48% com renda familiar de até um salário mínimo quando do momento da prisão e 24,4% entre um e dois salários). Apenas 41% possui acesso a trabalho regular na prisão. As oportunidades de trabalho não são profissionalizantes e dizem respeito a atividades de manutenção do estabelecimento em tarefas de cozinha, lavanderia e limpeza.

Os percentuais de vitimização são altíssimos, especialmente tendo em conta que o lapso temporal de permanência das presas da amostra era inferior a cinco meses na Instituição. São também inaceitáveis visto que as presas estão sob a custódia do Estado que é responsável, preliminarmente, pela vida e pela

segurança das pessoas detidas. A maior parte dos relatos de vitimização dá conta de ocorrências em que a autoria das agressões foi atribuída a outras presas, mas há percentuais significativos de ocorrências em que a autoria foi atribuída a agentes de segurança (policiais penais, civis e militares).

CONCLUSÃO

Os resultados permitem afirmar que o processo de vitimização das presas é muito expressivo e que permanece invisível vez que a esmagadora maioria das ocorrências, inclusive as mais graves, não são reportadas pelas vítimas à direção da Casa ou a alguma autoridade. O silêncio das vítimas é justificado pela baixa confiança nas instituições e pelo temor de represálias. A realidade de vitimização prisional evidenciada por nossa pesquisa contribui em muito para a perpetuação de um ciclo de violência que condena as mulheres presas a sofrimentos que extrapolam em muito o conteúdo das sentenças privativas de liberdade.

Ao enfrentar a vitimização das mulheres presas, estaremos contribuindo para a construção de um sistema de justiça criminal mais justo, capaz de promover a dignidade e a reabilitação, permitindo às egressas uma chance de reconstruir suas vidas e reintegrar-se na sociedade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Odilza Lines. **Sem lugar pra correr nem se esconder**: um estudo de vitimização no sistema penal baiano. Salvador, Bahia, tese de doutorado, Programa de Instituto de Saúde Coletiva, UFBA, 2011.

BORGES, Doriam. Vitimização criminal: prevalência, incidência e o estilo de vida. In: DUARTE, Mário Sérgio de Brito (coord.). **Pesquisa de condições de vida e vitimização de 2007**, Rio de Janeiro, Riosegurança, 2008.

BOSWORTH, Kris; ESPELAGE, Dorothy L.; SIMON, Thomas R. Factors Associated with bullying Behavior in Middle School Students. **The Journal of Early Adolescence**, n. 19, p. 341, 1999.

CHEN, M. K., & SHAPIRO, J. M. Do harsher prison conditions reduce recidivism? A discontinuity-based approach, **American Law and Economic Review**, v.9, p. 1-29, 2007.

EDGAR, Kimmet. Bullying, victimization and safer prisons. *Probation Journal: The Journal of Community and Criminal Justice*, v. 52, n.4, p. 390-400, 2005.

GAES, Gerald. G.; CAMP, Scott. D. Unintended consequences: Experimental evidence for the criminogenic effect of prison security level placement on post-release recidivism. *Journal of Experimental Criminology*, v.5, p.139-162, 2009.

GOTTFREDSON, M.R. Substantive contributions of victimization surveys. In: TONEY, M.; MORRIS, N. (Ed.). *Crime and Justice*. Chicago, University of Chicago Press, v. 7. p. 251-287, 1986.

LAHM, Karen F. Physical and property victimization behind bars: A multilevel examination. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, v. 53, p. 348-365, 2009.

LISTWAN, Shelley J., SULLIVAN, Christopher J., AGNEW, Robert., CULLEN, Francis T., & COLVIN, Mark. The pains of imprisonment revisited: The impact of strain on inmate recidivism. *Justice Quarterly*, v. 30, n. 1; p. 144-168, 2011.

MORRIS, Robert G.; CARRIAGA, Michael L.; DIAMOND, Brie; PIQUERO, Nicole Leeper; PIQUERO, Alex R. Does prison strain lead to prison misbehavior? An application of general strain theory to inmate misconduct. *Journal of Criminal Justice*, v. 40, p.194–201, 2012.

MUSUMECI, Bárbara. Mulher e violência no sistema de justiça criminal. *Trabalho e Sociedade*, Rio de Janeiro, n.2, 2001.

TEASDALE; DAIGLE, Leah E.; HAWK, Shila R.; DAQUIN, Jane C. Violent Victimization in the Prison Context: An Examination of the Gendered Contexts of Prison. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology* v. 60, n.9, p.1-21, 2015.

FOMENTO

A pesquisa contou com uma bolsa de iniciação científica do Grupo Ânima.